

# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

#### **CONTRATO Nº 15/2023**

CONTRATO Nº 15/2023 DE QUE ENTRE SI FIRMAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU E MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2023.

Pelo presente instrumento particular, a CÂMARA MUNICIPAL ARACAJU, com sede na Praça Olímpio Campos, nº 74, Bairro Centro, nesta Capital, CNPJ 13.167.804/0001-21, representado neste ato pelo Presidente, Vereador RICARDO VASCONCELOS SILVA, brasileiro, maior, capaz, casado, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA com endereco SHN Quadra 01 Conjunto "A" Bloco "A" Entrada "A", Ed. Le Quartier, Sala 803, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.701-000, CNPJ Nº 04.XXX.XXX/XXXX-17 representada pela sócia SRA. MARCIA CAETANO DA SILVA, brasileira, RG nº 1.XXX.366 SSP/DF, CPF nº 698.XXX.XXX-72, doravante denominado CONTRATADA resolvem firmar o presente Contrato, fundamentado no Processo de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 05/2023, que será regido em conformidade com a da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, ainda, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de renovação de 03 (três) licenças de uso do Software Adobe Creative Cloud, pelo período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Câmara





# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

Municipal de Aracaju, conforme Termo de Referência e proposta de preços da Contratada apresentada no Pregão Eletrônico nº 05/2023.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 A Contratante obriga-se a pagar pela prestação dos serviços descrito na cláusula anterior, a importância no valor global de R\$ 13.844,13 (treze mil oitocentos e quarenta e quatro reais e treze centavos), conforme valores detalhados:

| ITEM | DESCRIÇÃO                                                                                                                      | UNID. | QUANT. | VALOR<br>UNIT. | VALOR<br>TOTAL |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|----------------|----------------|
| 01   | Licença de uso do Software Adobe Criative Cloud por 12 (doze) meses com as especificações de acordo com o Termo de Referência. | unid. | 03     | R\$ 4.614,71   | R\$ 13.844,13  |

- 2.2 o CONTRATANTE, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento a CONTRATADA em prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal discriminativa, com o respectivo ateste da unidade responsável pelo recebimento, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- 2.3 Para fazer jus ao pagamento, o fornecer deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, atualizações das certidões, que na ocasião estiverem vencidas, de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro



# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

Social – INSS, FGTS, negativa de débitos Federal, Estadual e Municipal e Trabalhista.

- 2.4 A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida implicará a sua devolução à Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 2.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 2.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

- **3.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início a partir da data de empenho, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, de acordo com o estabelecido no art. 57, inc. IV, da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.
- 3.2. Dos acréscimos ou supressões do Contrato
  - **3.2.1.** A critério do CONTRATANTE e em função das necessidades dos serviços, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 65, § 1º da lei 8.666/93
  - **3.2.2.** As supressões que excederem o estabelecido no art. 65, §1º da Lei 8.666/93, será necessário a concordância da parte, conforme preceitua o art. 65, §2º, inciso II da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES



# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

#### 4.1. Das obrigações da Câmara Municipal de Aracaju

- **4.1.1.** Promover, através do Fiscal de Contrato especialmente designado, o acompanhamento e a fiscalização da renovação da licença, de acordo com o art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- 4.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada;
- **4.1.3.** Proceder à verificação do serviço prestado, objetivando constatar a conformidade deste com as especificações constantes no Termo de Referência e Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2023, para posterior aceite;
- **4.1.4.** Efetuar o pagamento ao licitante vencedor, de acordo com as condições no Pregão Eletrônico nº 05/2023;
- **4.1.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada.

#### 4.2. Das obrigações do Fornecedor

- **4.2.1.** Renovar as licenças dentro das especificações contidas no Termo de Referência, no local ou endereço eletrônico e prazos fixados, sem implicar em acréscimos de valores;
- **4.2.2.** Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- **4.2.3.** A contratada arcará com todos os encargos sociais, trabalhistas e tributáveis decorrentes da contratação;
- **4.2.4.** Sujeitar-se à ampla fiscalização por parte da Administração Pública, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;
- **4.2.5.** Responder pelas despesas relativas a impostos, taxas e quaisquer outras que forem devidas, referentes ao serviço;
- **4.2.6.** Responder integralmente por danos que vier a causar à Câmara Municipal de Aracaju ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa





# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

- 4.2.7. Assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo o referido prazo ser prorrogado, mediante justificativa da empresa a ser aceita por esta Casa Legislativa. Sendo que o não atendimento a esta convocação, bem como a ausência de justificativa plausível caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante classificado em 1º (primeiro) lugar as penalidades previstas no caput do art. 81 da Lei nº 8.666/93. Neste momento, a Câmara Municipal de Aracaju poderá convocar os licitantes remanescentes respeitada a ordem de classificação no certame, nas condições de suas propostas.
- 4.2.8. Deverá ser disponibilizada manutenção e suporte técnico, pelo prazo de vigência das licenças de software renovadas a contar da disponibilização da solução. O serviço de suporte técnico poderá ser através de telefone, e-mail ou presencial, pelo período contratado, disponibilizando o atendimento em dias úteis no horário de 08:00 às 17:00 horas de maneira ininterrupta. O serviço de suporte técnico deverá garantir o funcionamento e manutenção dos serviços contratados. Deverá ainda designar preposto para atender aos chamados e exigências da Contratante.

### CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**5.1**. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 1101 - Câmara Municipal de Aracaju

Atividade: 2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Aracaju

Elemento de Despesa: 33.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Rua Itabaiana, nº 174, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-170. CNPJ: 13.167.804/0001-21



# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

Sub-elemento de Despesa: 3390.40.16 - Aquisição de Software.

Fonte: 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

# <u>CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 7° da Lei n° 10.520/2002).</u>

- **6.1**. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(ao) CONTRATADA(O) as seguintes sanções:
  - 6.1.1 Advertência;
  - 6.1.2 Multa, observados os seguintes limites máximos:
    - 6.1.2.1 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não havido o processo de licitação;
    - 6.1.2.2 10% (dez por cento) do valor global do empenho e/ou contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado;
    - 6.1.2.3 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade não abrangida anteriormente.
  - 6.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação, bem como o impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Aracaju, por prazo de até 02 (dois) anos;
  - 6.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.



# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

- 6.1.5 O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, que deve ser graduada obedecidos os seguintes limites máximos:
  - 6.1.5.1. Multa de 1% (um) a 10% (dez por cento) do valor da Nota de empenho em caso de atraso e interrupção da prestação dos serviços ora contratados:
    - a) Atraso de 01 a 05 dias: multa diária de 1%;
    - b) Atraso de 06 a 10 dias: multa diária de 3%;
    - c) Atraso de 10 a 15 dias: multa diária de 5%;
    - d) Atraso de 15 a 20 dias: multa diária de 8%;
    - e) Atraso acima de 20 dias: multa diária de 10%.
- **6.2** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido ao Tesouro do Órgão no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Câmara, descontar de eventuais pagamentos devidos à licitante, cobrar administrativa ou judicialmente, pelo processo de execução fiscal, com os respectivos encargos previstos em lei.
- **6.3**. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da respectiva ciência.
- **6.4.** Se o motivo da inexecução das obrigações ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Órgão, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

- **7.1**. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato às situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.
  - § 1° O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por



# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

conveniência administrativa, a juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2° - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2° do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

# <u>CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO</u> <u>DE RESCISÃO</u>

**8.1.** Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei nº. 8.666/93.

### <u>CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO</u> DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS

- 9.1 O presente Contrato fundamenta-se:
  - I nos termos do Pregão Eletrônico nº 05/2023 que, simultaneamente:
    - a) constam do Processo Administrativo nº 342/2023 1DOC;
    - b) não contrarie o interesse público;
  - II nas demais determinações da Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e suas correspondentes alterações e Ato nº 13 de 23 de agosto de 2021.
  - III nos preceitos do Direito Público;
  - IV supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**Parágrafo único** - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo desde que, esteja com dentro do prazo

Rua Itabaiana, nº 174, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-170. CNPJ: 13.167.804/0001-21



# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

de vigência do contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

- 11.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65, da Lei 8.666/93, devidamente comprovados.
- §1º A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.
- §2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

### <u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA</u> FISCALIZAÇÃO

- **12.1.** A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, sendo devidamente designada por portaria, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei 8.666/93.
- 12.2. A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa CONTRATADA, inclusive





# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.

- **12.3.** Compete ao Fiscal do Contrato notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade ocorrida na execução dos serviços.
- §1º A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento, para um só efeito, a fim de que produza seus efeitos legais.

Aracaju/SE, 13 de junho de 2023

RICARDO VASCONCELOS SILVA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU CONTRATANTE

MARCIA CAETANO DA SILVA MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA CONTRATADA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

# DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI 13.709/2018;

A empresa MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ nº 04.XXX.XXX/XXXX-17, com sede na SHN Quadra 1 Bloco A Ed. Le Quartier, sala 803 - Bairro: Asa Norte Cidade: Brasília UF: DF CEP: 70701-000, por meio da presente declaração de conformidade, assume o compromisso perante a CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU, usuários e demais partes interessadas, de cumprir e zelar pelos princípios da Lei nº 13.709/2018 e declara-se em conformidade com a legislação atual vigente e comprometida com a garantia de conformidade com a Lei 13.709/2018, e a observar os princípios a seguir:

- princípio da transparência, licitude e lealdade os dados pessoais do usuário serão processados de forma lícita, leal e transparente;
- princípio da finalidade e da limitação os dados pessoais do usuário serão coletados apenas para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- princípio minimização dos dados os dados pessoais do usuário serão coletados de forma adequada, pertinente e limitada às necessidades do objetivo para os quais eles são processados;
- princípio da qualidade dos dados os dados pessoais do usuário serão exatos e atualizados sempre que necessário, de maneira que os dados inexatos sejam apagados ou retificados quando possível;
- princípio da limitação da conservação os dados pessoais do usuário serão conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- princípio da integridade e confidencialidade os dados pessoais do usuário serão tratados de forma segura, protegidos do tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas.





# PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

A empresa declara-se aderente aos princípios supracitados e tem por escopo prioritário obter a conformidade com a legislação de proteção de dados.

Aracaju/SE, 13 de junho de 2023

MARCIA CAETANO DA SILVA MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA CNPJ nº 04.XXX.XXX/XXXX-17



### VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 25AB-8290-0167-2410

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA (CNPJ 04.198.254/0001-17) em 14/06/2023 11:28:15 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ RICARDO VASCONCELOS SILVA (CPF 018.XXX.XXX-79) em 15/06/2023 07:19:01 (GMT-03:00)
Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/25AB-8290-0167-2410